

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Jornal de Brasília (D.F.)

Class.: 317

Data 30 de março de 1980

Pg.:

Cimi denuncia PM pela morte dos guajajara



D. Tomás Balduino disse que a opção preferencial da Igreja é pelos pobres

Bispo responde a CNA

"Os latifundiários de toda espécie praticaram um roubo não só das terras, mas roubaram do povo a condição de falar, de decidir, de ter lugar, vez e voz". A observação foi feita por Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás, respondendo às acusações feitas pelo presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Flavio de Brito, para quem o trabalho de conscientização feito pela Igreja está comunicando o meio rural.

Lembrando as posições tomadas pelo episcopado latino-americano durante a Conferência de Puebla, cujo tema principal é a "opção preferencial pelos pobres", Dom Tomás afirmou ainda que "o roubo praticado ultimamente vem sendo denunciado pela Igreja que procura saná-lo pela raiz ouvindo a voz desse povo, veiculando da maneira mais pura possível os seus apelos, seus clamores juntamente com suas propostas de solução para seus problemas que

são dramáticos e que se avolumam dia-a-dia no país".

PROVOCAÇÃO

As acusações do presidente da CNA, segundo Dom Tomás, não passam de "provação usando a bruxa comunista para desviar os problemas". Ele sugeriu também que "os responsáveis por qualquer parcela de atividade à serviço do povo, Legislativo, Judiciário ou atividades não oficiais devem se converter ao povo, acreditar nele, no seu futuro e a ele se associar para que enfim se possa organizar e derrubar a impostura que está aí como desordem estabelecida".

Dom Tomás Balduino acredita que o trabalho da Igreja está correto pois na medida em que conscientiza o meio rural "sem se colocar no lugar deles", possibilita a "libertação do povo a partir deles mesmos, porque ou a libertação vem a partir deles ou não há libertação. Toda tentativa de se colocar no lugar deles é um neo-colonialismo".

O sequestro e assassinato dos líderes guajajaras, Mateus e Moacir, ocorrido no dia 26 de fevereiro é responsabilidade da Polícia Militar de Barra do Corda (MA). Esta denúncia foi feita ontem pelos missionários do Maranhão e Goiás que estão reunidos desde sexta-feira no encontro da comissão nacional do Conselho Indigenista Missionário.

Segundo os padres Odilo Erhardt e Carlos Ubbiali, a polícia maranhense "foi co-autora do crime pois sem motivos justificáveis sequestrou os dois índios em parceria do senhor José Maria Barros e permitiu, sem nenhuma reação, que os índios fossem assassinados".

O crime ocorrido na Fazenda Xupé, município de Barra do Corda, segundo os missionários, "não é um fato isolado, mas fruto de um clima permanente de rejeição, aversão e ódio pelo índio. Este clima se intensificou depois que os índios vêm exigindo a devolução das terras de Alto Alegre".

GREVE

Em 26 de fevereiro, por volta das seis da manhã um pequeno grupo de guajajaras, quando se dirigia a uma pescaria encontrou, dentro da área indígena um grupo de moradores vizinhos da aldeia Altamira. Um dos brancos, chamado Bonfim, disparou um tiro tentando matar o índio Virgílio. Depois disso houve luta corporal entre índios e brancos e os guajajaras prenderam um branco. Temendo um ataque maior contra a aldeia os índios se dirigiram à Fazenda Xupé e lá houve outra briga e um branco morreu. O proprietário da fazenda, José Maria de Barros procurou a Polícia Militar de Barra do Corda e por volta das três horas da tarde, encontraram os dois mais velhos líderes da aldeia, sequestraram Mateus e Moacir que, depois de amarrados e espancados foram mortos com tiros de revólver na frente da polícia e jogados dentro do rio. Só o corpo de Mateus foi encontrado.

Denunciam também o comprometimento da Polícia Militar que "nada fez para que se encontrasse os corpos dos índios e todas as buscas ficassem por responsabilidade da Funai". Durante as buscas o chefe da Ajudância de Barra do Corda, indigenista José Porfírio de Carvalho recebeu algumas ameaças de morte.

Quanto às ameaças contra o chefe de ajudância, acreditam os missionários que o órgão tutelar deveria garantir a vida de José Porfírio, pois "ele assumiu a causa do índio".

No inquérito, denuncia o Conselho Indigenista Missionário, a polícia militar vem conduzindo os interrogatórios com "parcialidade e intimidação dos depoentes", a maioria deles índios. Informa ainda o Cimi que o assassino embora seja conhecido de todos, continua em liberdade, como estão em liberdade os 21 jagunços que em agosto de 1979 invadiram uma aldeia guajajara ferindo oito índios.